

EDUCAÇÃO, MERCADO E UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: uma discussão para além do Estado Liberal

Profa Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida
Profa Dra Carmen Lucia Fornari Diez

RESUMO

Estabelecemos neste texto algumas correlações entre Estado, Mercado e Formação de Professores. Várias abordagens são possíveis a respeito do papel da universidade no sistema econômico capitalista. Contudo, nos limitaremos a uma análise mais específica, abordando o tema sob a perspectiva da Economia Política Liberal em que prevalece a defesa do mercado como ideal de auto-organização ou coordenação das atividades econômicas e pedagógicas, por meio da elaboração de Política Educacional que reproduz o discurso da elite dominante e os interesses do Estado Burguês Capitalista. na formação do professor. A universidade, enquanto instituição produtiva de cultura não só busca preparar uma força de trabalho qualificada, como tem também o reconhecimento do conjunto dos organismos da sociedade civil e de sua mediação no interior da esfera da superestrutura, como entre esta e o setor produtivo. Essa função deveria ser intensificada em contraposição aos interesses da classe dominante e da elite econômica que está no poder para consolidar o projeto hegemônico de sociedade civil e política no Brasil. Apesar da resistência organizada no interior da universidade e de setores organizados da sociedade civil, a Academia parece consolidar gradualmente a sua dimensão privada, provocando com isso uma redefinição do trabalho intelectual nessa instituição cultural. E como fica a formação de professores nesse contexto histórico pos século XX? Pretendemos discutir a formação do professor inserida em um contexto histórico que tem por determinante um Estado Liberal que controla e forma professores dentro dos moldes da cartilha rezada e pregada pelos ditames do Mercado Capitalista. A Metodologia de Análise será a Histórico - Crítica, e o método utilizado será o Dialético, onde parte e todo se engendram e se articulam em movimento de contradição, conflito e síntese.

Palavras Chave: Política Educacional e Formação de Professores; Educação e Conhecimento Público; Estado Liberal, Política Educacional e Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

“O Estado, enquanto provedor do bem-estar social, estava integrado na mentalidade moderna de conquista de melhorias individuais e sociais pelo uso dos mecanismos racionais. A frustração desse modelo ensejou a virada paradigmática que coloca o Estado a serviço de um novo modelo econômico global.”. (...). “Os debates políticos que assinalam a transformação do Estado transbordam para o campo educacional. Se o modelo do ‘welfare state’ se transforma, isto não pode ficar sem reflexos sobre a universidade que se colocava a serviço desse Estado”.(GOERGEN, 2000, p.25)ⁱ

No tocante ao liberalismo, este tem encontrado defesas radicais, no sentido de se fazer valer a ‘maravilha do mercado’. Pode-se destacar como fonte desse radicalismo, o princípio da redução máxima do papel do Estado. Os liberais surgiram em contraposição às doutrinas mercantilistas, que, mesmo admitindo a limitação das regulamentações internas, eram mais favoráveis a uma política governamental ativa, destinada a aumentar a participação nacional nos mercados internacionais.

A historiografia que trata da questão sobre a relação universidade- sociedade aponta para uma predominância do uso privado da universidade. Este uso privado teria dois sentidos: o sentido econômico e o sentido político-ideológico. O primeiro, é resultante de um processo de em processo de empresariamento da esfera social e cultural, envolvendo, principalmente, a educação e a saúde, no qual o Estado procura se desfazer dessas responsabilidades dessas responsabilidades, repassando-as ao setor privado. Este, diante de uma crescente demanda por esses serviços no país, aliada a ineficiência do Estado em cumprir essas tarefas, enxerga um novo campo de produção e acumulação de capital.

Se a sociedade capitalista se define pelas contradições que desenvolve isso significa que a sociedade é dinâmica e inacabada. A sociedade burguesa é, portanto, mais um estágio nesse processo histórico da constituição da sociedade e está sujeita a ser superada.

As classes dominantes monopolizam a ciência, a arte e a dimensão mais ampliada da cultura. A ciência passa a ser um instrumento de apropriação material e espiritual nas mãos da classe dominante que a usará como meio de extorsão de mais-valia. Separados dos meios de produção de vida material, produzem um saber descolado da realidade social. As instituições nas quais atuam-mormente as de caráter cultural, como a universidade, por exemplo-reproduzem as necessidades da sociedade que as engendrou.

A produção científica e cultural se desenvolvem nas esferas fora do setor produtivo, no âmbito da superestrutura. A divisão de trabalho na sociedade capitalista produz um resultado perverso, pois a separação da atividade intelectual-manual em práticas desconexas permite uma contínua reconstrução do mundo burguês, dificultando o desenvolvimento da sociedade e a superação da ordem social vigente. É por isso que, a teoria materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado.

O desenvolvimento das forças produtivas produz a permanente negação da ordem burguesa pelo crescente movimento de reivindicações populares, principalmente nas esferas culturais e sociais, no âmbito do Estado. À medida que essa participação se amplia se agudizam os conflitos de classes obrigando a ordem burguesa a permanentes reformulações de seu status-quo. Este processo traduz uma situação de crise. No decorrer do tempo, o processo revela que o espaço entre um re-ordenamento e outro é cada vez mais curto tornando, conseqüentemente, a crise, permanente.

A sociedade civil e a sociedade política detêm uma relativa autonomia, pois cada uma delas se caracteriza por uma materialidade própria (seus aparelhos) e por uma função correspondente que se manifesta na organização da vida social, na articulação e na reprodução das relações de poder (ditadura e/ou hegemonia).

Como se pode notar a função hegemônica é essencial na realização da sociedade civil. A busca do consenso é condição da dominação no estado por uma classe. Não basta que uma classe seja dirigente na sociedade, é preciso que seja também dominante no poder. A sociedade civil tornando-se uma esfera específica do Estado, mas mantendo certa autonomia vai funcionar como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido restrito.

Sendo a supremacia um momento de síntese unificadora da hegemonia e da dominação não significa que estas se fundam, isto é, que se homogeneizem. O que ocorre é que na correlação de forças entre as classes um projeto político-cultural de uma classe, ou de vários fragmentos de classe, torna-se predominante sobre outros. Entretanto, as funções consensuais ou coercitivas existentes em qualquer Estado Moderno, em que uma ou outra

esfera prevaleça, dependerão, naturalmente, da autonomia relativa da sociedade política e sociedade civil e dos aparelhos pertencentes a uma ou outra dessas esferas, surgidos por maior ou menor grau de socialização da política. A independência cada vez maior entre essas esferas cria o espaço democrático ou autoritário.

Surge, portanto, a possibilidade do confronto ideológico e cultural no interior dos aparelhos privados de hegemonia como estratégia fundamental das classes dominadas para a criação e fundação de uma nova ordem social.

É por esse motivo que a Escola, como um todo, e a Universidade, em particular, tornam-se por excelência aparelhos privados de hegemonia. E, de aparelho privado de hegemonia, onde se difundiam as ideologias da classe dominante, passa gradativamente a se constituir no espaço privilegiado da produção da ciência e da difusão de pensamento de todos os matizes, ainda que conflitantes entre si.

O processo dinâmico que se dá no sistema educacional e na Universidade, em particular, ao modificar as suas atribuições para responder aos desafios da sociedade moderna, provoca uma transfiguração dos intelectuais que vão atuar dentro dessas instituições.

Neste caso, só é possível apanhar o intelectual na dinâmica societária. Na sociedade moderna, ele se constitui na relação Capital x Trabalho. Aqui se revela a existência e formação do intelectual a partir da ótica das classes sociais e, portanto, da divisão de trabalho capitalista.

O conhecimento produzido pela universidade diz-se público pelo fato de se engendrar dentro de instituição não privada. Contudo, dentro do novo ethos acadêmico, o conhecimento já em sua origem e destino tende a trazer a marca do interesse privado. Os interesses privados referem-se às forças do mercado, representadas pela demanda das empresas. Nesse sentido não se poderia falar de uma socialização do saber, mas de uma apropriação. A apropriação ocorre na medida e que o sistema de patentes e os convênios conferem a alguns grupos o direito exclusivo sobre os saberes produzidos na universidade pública. Devemos lembrar, porém que a apropriação do conhecimento científico não é um privilégio do novo ethos acadêmico. Por mais público que pareça o modelo merthoniano ou da ciência 'autônoma' os seus resultados gerais, ou seja, o interesse ao qual a academia atendeu sempre foram os de uma elite. O que caracteriza a nova forma de apropriação do

conhecimento é a abertura ao mercado que redefine as relações entre os "produtores" do conhecimento e os seus "consumidores". Dentro desse novo ethos acadêmico, os interesses comerciais tendem a agenciar a investigação científica. O grande debate ideológico atual gira em torno da legitimidade desse processo.

Ao se reestruturar conforme a lógica do mercado global, a universidade tende a dar mais ênfase às pesquisas aplicadas, bem como a estancar investimentos e áreas de pesquisas não viáveis economicamente. Com isso a universidade pode contornar as dificuldades de seu financiamento, que se tornou problemático com a política de reestruturação do próprio Estado conforme a lógica da globalização. O desaparecimento do espaço público, caracterizado pela contínua perda de poder decisório, soberania, do estado-nação, se reflete na universidade pública fundamentalmente na busca de novas fontes de financiamento. Contudo essa tendência de mercantilização do conhecimento pode ser revertida.

No processo de agenciamento do conhecimento científico, a universidade pública pode também buscar alternativas para não se reduzir a um mero balcão de tecnologia, em que apenas se agencia convênios entre pesquisadores mantidos com fundos públicos.

Nosso objetivo foi analisar essa tendência da globalização universitária no interior da Unicamp. Para isso, procuramos traçar o quadro geral dos rumos econômicos mundiais. Vimos que a principal característica dos tempos atuais marca-se pela globalização. A globalização caracteriza-se, sobretudo pela liberação dos mercados nacionais.. Nesse novo cenário mundial, perdem força os trabalhadores, devido à flexibilização do trabalho, ao enfraquecimento dos sindicatos e ao desmonte do sistema de proteção social, fundado em direitos arduamente adquiridos. Trata-se, na verdade, de um processo que atinge diretamente os Estados-Nação que bem ou mal garantiam os direitos e promovia certas garantias mínimas conforme as políticas de Bem Estar Social. O público enquanto expressão do precário contrato entre capital e trabalho mediado pelo Estado tende a desaparecer com a globalização. O Estado de bem estar social representou uma força elevada de manutenção do referido contrato. Através dele o capital negociou, cedeu, a fim de manter-se enquanto tal. Com a globalização, o capital recobra sua força e retoma as posições que havia perdido, impondo uma nova forma de espoliação que escapa aos controles nacionais. Ainda que grande parte da população de nações como a brasileira não tenha tido acesso aos benefícios públicos, o Estado manteve-se como esse espaço

susceptível de ser ocupado por tendências capazes de ampliar a participação da população nos benefícios conquistados pela nossa civilização.

No Brasil, o desmonte do Estado-Nação é orquestrado de modo a acentuar ainda mais a dependência econômica e a desnacionalização das mais diversas riquezas, desde aquelas ligadas ao subsolo até as empresas estatais. O fim do Estado-nação significa sobretudo uma transferência de patrimônio ao capital internacional.

Ao se globalizar ou ao ser privatizada, ou sendo mais direto, desmontada, a universidade pública deixa de ser um patrimônio científico e cultural no sentido de ser um espaço em que o Brasil com suas contradições poderia expressar sua identidade e defender seus interesses coletivos, expressos na superação da desigualdade social e na emancipação econômica, política e cultural da maioria de seus habitantes. Com isso, a maior parte da população brasileira fica cada vez mais expropriada, cada vez mais empobrecida, e incapaz de reagir ao imperialismo expresso na globalização.

A idéia de público enquanto aberto a todos se efetivou, ainda que de modo precário, no Estado-Nação. Assim coincide a tendência da globalização da universidade pública com a decadência do Estado-Nação. A questão da forma de integração da academia com a empresa é uma questão de política nacional ou de soberania. A solução de tal problema envolve uma luta hegemônica no sentido de estabelecer níveis de soberania nacional, que por mais partilhada que seja, tenda a preservar o interesse nacional, no sentido de contribuir para eliminar cada vez mais a exclusão e as demais formas de dominação e exploração econômica.

Para tanto o papel do governo é essencial. Cabe a ele lutar contra as tendências de internacionalização da economia, revertendo o processo de sucateamento da empresa nacional ou da sua incorporação pelas multinacionais, bem como de resgatar a capacidade do Estado de interferir na economia, seja regulando o capital ou investindo em setores fundamentais tais como a educação e a ciência, bem como de reverter o processo de privatização das empresas públicas.

Com a globalização da academia verifica-se que essa decisão escapa cada vez mais ao controle do cientista. Os rumos da pesquisa são decididos em grande parte pelas fontes financiadoras. Deixar o financiamento apenas conforme o interesse do mercado significa atrofiar as áreas de pesquisas fundamentais para a solução de problemas da população

brasileira que se encontra excluída do mercado. Nesse sentido, cabe também salientar que os órgãos governamentais devem dar maior prioridade aos projetos voltados para atender a população, pois a tendência é que eles, ainda que trabalhando com dinheiro público, tendam a financiar projetos diretamente vinculados aos interesses empresariais. Com isso não se trata de negar ou suprimir os convênios com as empresas, mas, sobretudo de criar, preservar e ampliar as fontes públicas de financiamentos. A publicidade da fonte de financiamento não visa garantir o "desinteresse" do conhecimento tal qual propõe o modelo mertoniano, pois a ciência tende a, cada vez mais, assumir o seu caráter de atividade "interessada". Seu interesse refere-se ao fato dela estar ligada à projetos definidos por convênios públicos e privados.

Cabe, porém criar mecanismos para manter o "comunismo" da ciência, que conforme Merton, refere-se a norma da socialização do saber. Frente às novas tendências da ciência, deve-se garantir a autonomia da pesquisa básica. Sem ela não se pode esperar muitos avanços da pesquisa aplicada. Ambas se engendram, assim o investimento público em pesquisa básica possibilitaria ampliar o leque das aplicações. Os problemas enfrentados pelas pesquisas aplicadas tendem a suscitar novas tendências da pesquisa básica, contudo, isso não é necessariamente reconhecido pelos setores do mercado que exigem rapidez. Nesse sentido, cabe ao setor público investir na pesquisa básica, garantindo a sua independência, publicidade e universalidade.

O modelo mertoniano, ou da "ciência autônoma", não está totalmente superado. Ele apenas não é único. Ao seu lado, cabe à universidade pública ampliar convênios e pesquisas aplicadas direcionadas e mesmo determinadas pelo mercado, recebendo a devida remuneração para tal empreendimento. Mas cabe também à universidade pública desenvolver pesquisas aplicadas conveniadas com o setor público, em seus diversos níveis, a fim de beneficiar não só os segmentos dos setores empresariais que estão emergindo, mas, sobretudo as comunidades excluídas, no sentido de reverter a situação de miséria.

Perante a fraca demanda de convênios por parte da empresa privada nacional, o que favoreceu o desenvolvimento de programas em comum de pesquisa aplicada foi à presença das empresas estatais. Graças a elas, diversos programas surgiram, o que permitiu um aumento do número dos convênios. Com a onda de privatização promovida pelo processo de globalização, essas parcerias entre empresas estatais e a Universidade Pública foram

sendo desmontadas. Assim, resta à universidade buscar parcerias com as indústrias multinacionais e as remanescentes nacionais. Essas parcerias tendem a se intensificar devido ao alto nível científico da pesquisa. Contudo, há um limite estreito para o aumento do número de convênios. As condições econômicas atuais não favorecem o desenvolvimento da tecnologia autóctone.

Nesse sentido longe de a universidade ser cooptada pelo mercado, ela pode abrir espaço para o mesmo, sem que signifique que ela deva fechar as portas para as pesquisas voltadas para a população, cujos fundos devem ser basicamente públicos. A ampliação desses espaços de pesquisa exige não só uma transformação da academia, mas sobretudo das diretrizes econômicas e políticas nacionais.

Frente à investida de setores organizados da sociedade contra a universidade pública, percebe-se que as diretivas das instituições nacionais são produtos de uma luta ideológica a fim de que determinadas tendências hegemônicas prevaleçam. Prevalecerão as tendências que forem assumidas pela opinião pública como as mais importantes para o país. A tendência que tem prevalecido é a da flexibilização e privatização. Com isso impõe-se a idéia de que a universidade não pode mais depender do financiamento público e que as pesquisas necessitam de parcerias com o mercado para se manterem.

Cabe aos intelectuais comprometidos com uma universidade pública plural lutarem para reverter essas tendências. Mas, semelhante luta envolve uma plataforma de combate muito ampla formando uma frente capaz de impor novas tendências para as instituições nacionais, que se apresentariam como alternativas para a globalização subordinada.

A nova tendência hegemônica que se imporá às universidades dependerá do embate entre correntes ideológicas e políticas. Frente à essa luta hegemônica, o pesquisador pode se restringir a um mero agente da "técnica-lavoro" visando adaptar-se ao mundo globalizado e às transformações dele decorrentes. Parte dos pesquisadores das Faculdades de Engenharia, privilegiados pelas novas formas de interação da universidade com as empresas tornam-se "intelectuais" ligados à tendência hegemônica, visando legitimá-la e influenciar colegas para defenderem tal ideário. São, portanto, intelectuais orgânicos do ideário de universidade globalizada tal como ela tem ocorrido. Eles são intelectuais orgânicos não enquanto intelectuais pesquisadores, mas como defensores das novas

tendências, portanto, são intelectuais vinculados à classe dominante, às elites privilegiadas com a globalização.

Frente à tendência hegemônica liberal, representada pela globalização, a universidade pública mostra-se também como um espaço que preserva a pluralidade da pesquisa. A grande questão é a de saber como as novas lutas de emancipação em prol da defesa dos interesses da maioria vão atuar para combater os efeitos perversos da globalização, que cria novas formas de exclusão ao mesmo tempo em que acentua os antigos modos de exploração. Contudo, uma coisa é certa, a eficácia dos movimentos libertários passa pelo manejo da informação e do domínio das novas tecnologias, pois nisso reside a nova forma de expansão do capital. A luta tende a ser cada vez mais em torno da informação: o controle das técnicas de produção passa pelo controle das tecnologias de informação. A universidade pública pode ser o único espaço em que as tendências emancipatórias podem ter acesso às novas tecnologias. Destruí-la significa cortar de forma brutal as possibilidades de resistências, principalmente nos países em que a globalização é imposta de forma unilateral pelos "globalizadores".

REFERENCIAS:

- FRIEDMAN, M. Capitalismo e liberdade. Brasil. Ed. Arte Nova. 1977.
- GOERGEN, Pedro. A Avaliação Universitária na Perspectiva da Pós-Modernidade, In SOBRINHO, J. D; RISTOFF, D. I. (orgs.) Universidade Desconstruída: avaliação institucional e resistência. Florianópolis, Insular, 2000, p.25.
- GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. R.J. Editora Civilização Brasileira. 1995. 9ª edição.
- _____. Concepção dialética da história. R. J. Ed. Civilização Brasileira. 1995.
- HAYEK, F. O caminho da servidão, Porto Alegre, Ed. Globo, 1977, 2ª edição.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. S.P. Edições Loyola, 1992.
- MARX, KARL. Contribuição a crítica da economia política. S.P. Livraria Martins Fontes.1977.
- _____. "Teses sobre Feuerbach.(III)", In Marx, Karl e Engels, Friedrich. TEXTOS. SP. Edições Sociais, 1977, s/d.v.03. p.118.
- _____. O Capital. S.P. Ed. Nova Cultural. 1985, vol III.
- SAVIANI, D. Educação e questões da atualidade. S.P. Livros do Tatu, ed. Cortez, 1991, p. 98.
- SILVA Jr, J. R. & SGUISSARD, V. Novas Faces da Educação Superior no Brasil. Bragança Paulista, EUDUSF, 1999.
- SMITH, A, A riqueza das nações, S.P. Nova Cultural. 1985, vol. I.
- VELHO, S. Relações Universidade-Empresa: desvelando mitos. S.P. Ed. Autores Associados. 1996.
-

ⁱ GOERGEN, Pedro. A Avaliação Universitária na Perspectiva da Pós-Modernidade, In SOBRINHO, J. D; RISTOFF, D. I. (orgs.) Universidade Desconstruída: avaliação institucional e resistência. Florianópolis, Insular, 2000, p.25.